

INFOENTENIMENTO E NECROPOLÍTICA: A REPRESENTAÇÃO DA CPI DA COVID-19 ATRAVÉS DOS POSTS DO SENSACIONALISTA NO TWITTER¹

Patrícia Cristina de Lima²; Carla Montuori Fernandes³

A CPI da COVID-19 apresentou interessante destaque dentro e fora das redes sociais durante seu período de existência em 2021. Com comentários de internautas e cobertura de veículos da mídia hegemônica, a CPI conseguiu mobilizar as pautas em diferentes frentes. Um dos veículos que realizou este acompanhamento foi o *Sensacionalista*. Através de postagens em tempo real no *Twitter*, o canal de humor realizou leituras e críticas de personagens, eventos e resultados que aconteciam. Suas postagens misturavam elementos do infoentenimento e citavam claramente as características da chamada necropolítica. A presente análise, então, tem como objetivo investigar a presença do infoentenimento e da necropolítica nas postagens do *Sensacionalista* no *Twitter* buscando, como segundo plano, discutir teoricamente estas duas teorias. O recorte considera todo o período da CPI, de 28 de abril a 31 de outubro de 2021, totalizando 99 *posts*. Como metodologia, essa pesquisa conta com a Análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011).

Palavras-chave: COVID-19; CPI; infoentenimento; necropolítica; *Sensacionalista*.

The CPI of COVID-19 presented an interesting highlight inside and outside social networks during its period of existence in 2021. With comments from internet users and coverage of vehicles from the hegemonic media, the CPI was able to mobilize the agendas on different fronts. One of the vehicles that carried out this follow-up was the *Sensationalist*. Through real-time posts on *Twitter*, the humor channel conducted readings and criticisms of characters, events and results that were happening. His posts mixed elements of infoentenimento and clearly cited the characteristics of the so-called necropolitics. The present analysis, then, aims to investigate the presence of

1. Artigo apresentado ao Eixo Temático 02 do XIV Simpósio Nacional da ABCiber.

2. Bolsista produtividade do Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto. Doutoranda em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Paulista (UNIP). Docente no Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto e Centro Universitário Barão de Mauá. E-mail: patriciacristinadelima@outlook.com

3. Membro do grupo de pesquisa “A rede de desinformação e a saúde pública em risco: uma análise das fake news em cenários epidêmicos” com bolsa FAPESP. Possui pós-doutorado em Comunicação Política pela Universidade de Valladolid (Espanha) e em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Paulista (UNIP). E-mail: carla.montuori@docente.unip.br



XIV SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA
UNIP — online — 01, 02, 03 e 04 de dezembro de 2021

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

infoentenimento and necropolitics in the posts of *Sensationalist* on *Twitter* seeking, as a background, to discuss theoretically these two theories. The clipping considers the entire period of the CPI, from April 28 to October 31, 2021, totaling 99 *posts*. As a methodology, this research relies on the Content Analysis of Laurence Bardin (2011).

Keywords: COVID-19; CPI; infoentenimento; necropolitics; *Sensationalist*.

Introdução

A pandemia do *Coronavírus* (SARS-CoV-2) foi avassaladora. Desde sua detecção, em dezembro de 2019 na China, são mais de 328 milhões⁴ de infectados em todo o mundo. No Brasil, apesar dos constantes esforços do governo federal para ocultação dos reais efeitos da doença na população, o consórcio de veículos de imprensa composto por *GI*, *O Globo*, *Extra*, *Estadão*, *Folha* e *UOL* conseguiu apurar os dados, chegando a pouco mais de 23 milhões de casos e 621 mil mortes.

A atuação do governo em restringir dados vem de encontro ao discurso negacionista pregado por Jair Bolsonaro (Partido Liberal – PL) desde o início das ações da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2020. Apelidando a pandemia de “gripezinha” e isentando-se diante das ações de isolamento social definidas por estados e municípios, Bolsonaro e o governo federal utilizaram incessantemente os processos da chamada “necropolítica”.

Numa tentativa de apurar fatos, eventos e responsáveis por tal ações que acabaram por inflar os números de contágio e letalidade do *Coronavírus* no Brasil, em abril de 2021 foi instaurada uma comissão no Senado. A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da COVID-19 no Senado Federal se estendeu até outubro do mesmo ano e produziu um relatório que indicou o indiciamento de Bolsonaro e mais 77 pessoas, além de duas empresas. Direcionado a justiça local, o relatório da CPI também foi encaminhado para o

⁴ Até 17 de jan. de 2021. Fonte: Johns Hopkins University. Disponível em <<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>>. Acesso em 17 jan. 2021.



XIV SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA
UNIP — online — 01, 02, 03 e 04 de dezembro de 2021

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia, responsável pelo julgamento de crimes contra a humanidade.

A CPI movimentou também as redes sociais durante todo o seu período de existência. Explorada a exaustão pela mídia hegemônica que transmitia ao vivo os depoimentos e posteriormente analisava os impactos causados no governo, a comissão foi apelidada de “entretenimento para as tardes do brasileiro”. O movimento foi tão grande que em praticamente todos os dias assuntos e personagens figuravam entre os mais comentados da rede. Postagens jornalísticas, de grupos de apoio às investigações e críticas de aliados do governo federal se misturavam a memes, vídeos e comentários humorísticos acerca do trabalho dos senadores na averiguação de omissões e corrupção frente a pandemia do *Coronavírus* no Brasil.

Um dos veículos que se destacou na cobertura do evento foi o *Sensacionalista*. O humorístico, através do seu *Twitter*, comentou ao vivo cada detalhe do que acontecia. Com muita ironia, as postagens do portal incentivavam a interação dos usuários da rede, assim como apontavam inverdades e desvios de informação realizados pelos depoentes.

Este estudo tem como objetivo, então, avaliar a questão do infoentenimento e da necropolítica nas postagens do *Sensacionalista* no *Twitter*. Como segundo plano, uma discussão acerca do humor abordado nas postagens, assim como a relação com os eventos da CPI serão discutidos. Além disso, uma análise quantitativa de postagens, curtidas, comentários e personagens citados complementam a análise. Para tal construção, a pergunta de pesquisa que se apresenta é: como o papel do governo e sua necropolítica são representados nos posts humorísticos do *Sensacionalista* no *Twitter*?

A metodologia desta pesquisa contará com a Análise de conteúdo (BARDIN, 2016) aplicado as postagens publicadas pelo *Sensacionalista* dentro do período da CPI, de 27 de abril de 2021 a 31 de outubro de 2021, data de encerramento da comissão.

A CPI da COVID-19



XIV SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA
UNIP — online — 01, 02, 03 e 04 de dezembro de 2021

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

O processo de formação de uma CPI segue alguns critérios essenciais. Além do apoio de pelo menos um terço dos integrantes das casas (Senado ou Câmara), a comissão precisa apresentar em sua essência o esclarecimento de ações de interesse público. Em algumas ocasiões a ilicitude de agentes públicos também pode ser justificativa para instauração. No caso da CPI da COVID-19, a chamada “justificação do protocolo” se deu a partir do artigo 196 da Constituição Federal que delibera sobre o direito universal à saúde e que deve ser proporcionado pela União, estados e municípios.

O trecho do protocolo instauração que mais chama a atenção é justamente o que aponta sobre a inatividade do governo (SENADO FEDERAL, 2021, s.p.).

Já no início da pandemia da COVID-19, o governo federal tentou impedir que os entes federados pudessem tomar medidas para impedir o ritmo de propagação do vírus, como o isolamento social, o uso de máscaras e álcool em gel. Após decisão do Supremo Tribunal Federal garantir a autonomia dos entes e reafirmar que o cuidado com a saúde é uma competência comum, o governo Bolsonaro parece ter optado por lavar as mãos e se omitir, incentivando até mesmo tratamentos sem nenhuma evidência científica, além de atrapalhar os esforços de prefeitos e governadores.

O pedido de instauração foi requerido em fevereiro pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e executado em 08 de abril de 2021 após a assinatura de 34 membros da casa e o endosso do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luis Roberto Barroso. O período de dois meses para aceite da CPI foi justificado por duas razões. Na primeira, uma corrida do governo federal através do senador Eduardo Girão (Podemos-CE) para que estados e municípios fossem incluídos nas investigações buscava atrasar o pedido original através de um novo requerimento. A questão foi abandonada após a verificação de que um processo deste nível feria a independência dos poderes, e logo, se mostrava ilegal. No segundo caso, o presidente do senado, Rodrigo Pacheco (Democratas-MG), buscava pessoalmente adiar a instalação da comissão. Com o argumento de que uma CPI no meio da pandemia poderia agravar o cenário já instável do país, Pacheco evitava a votação de



XIV SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA
UNIP – online – 01, 02, 03 e 04 de dezembro de 2021

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

abertura. Foi apenas após um mandado de segurança via Supremo Tribunal Federal (STF) é que a CPI pode começar seus trabalhos.

Segundo o artigo 78 do regimento interno do Senado, a composição da CPI deve ter membros indicados pelos líderes das coligações, respeitando a proporcionalidade partidária. A distribuição no caso da CPI da COVID-19 se deu da seguinte forma: Bloco MDB, PP e Republicanos – 3 vagas de titulares e duas de suplente; Bloco PSDB, Podemos e PSL – duas vagas de titulares e uma de suplente; PSD – duas vagas de titulares e uma de suplente; Bloco DEM, PL e PSC – duas vagas de titular e uma de suplente; Bloco Rede, Cidadania, PDT e PSB – uma vaga de titular e uma de suplente; Bloco PT e Pros – uma vaga de titular e uma de suplente.

A abertura da CPI se deu no dia 27 de abril com a eleição de Omar Aziz (PSD-AM) como presidente, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) como vice e Renan Calheiros (MDB-AL) como relator. Ao todo, foram mais de 1.200 páginas no relatório final que contemplam todos os mais de 50 depoimentos, 60 encontros de decisão, quebras de 251 sigilos e 9,4 terabytes de documentos analisados.

Segundo o portal *Politize!* (2021), a CPI considerou ao total 15 “macroassuntos”, sendo: Gabinete paralelo; Imunidade de rebanho; Tratamento precoce; Oposição às medidas não farmacológicas; A falsa alegação de supernotificação por Covid-19; Recusa e atraso na aquisição das vacinas; Crise do estado do Amazonas e a falta de coordenação do Governo Federal; O caso *Covaxin*; Hospitais federais do Rio de Janeiro; Caso VTC Operadora Logística LTDA – VTCLOG; Análise orçamentária da pandemia no Brasil; Indígenas; Impactos da pandemia sobre as mulheres, a população negra e os quilombolas; Desinformação na pandemia (Fake news); *Prevent Senior*. Já os crimes identificados foram classificados em: Homicídio; Crime de perigo para a vida ou saúde de outrem; Crime de epidemia; Crime de infração de medida sanitária preventiva; Omissão de notificação da doença; Charlatanismo; Incitação ao crime; Falsificação de documento particular; Falsidade ideológica; Uso de documento falso; Emprego irregular de verbas ou rendas públicas; Corrupção passiva e ativa; Prevaricação; Advocacia administrativa; Usurpação

XIV SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA
UNIP — online — 01, 02, 03 e 04 de dezembro de 2021

**direitos humanos,
políticas identitárias,
imaginários de resistência.**

de função pública; Fraude ao contrato (Dispensa de licitação); Organização criminosa; Comunicação falsa de crime; Fraude processual; Crimes de responsabilidade; Improbidade administrativa e lei anticorrupção; Crime contra a humanidade.

Um ponto que fez a comissão ganhar destaque foi a grande interação com os usuários das redes sociais, usando em diversas situações compilados desmentindo depoentes e o próprio presidente da república. Um exemplo se deu em 19 de maio, quando Renan Calheiros (MDB-AL) leu perguntas enviadas pelos internautas. Outro momento, em 08 de julho, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Omar Aziz (PSD-AM) protagonizaram um diálogo que replicava um meme recorrente na rede, onde chama-se Bolsonaro de “genocida”.

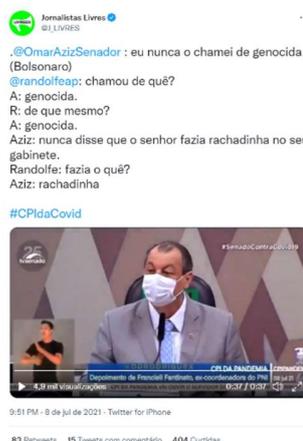


Figura 1 - Tweet sobre o diálogo entre Omar Aziz e Randolfe Rodrigues na CPI.

Fonte: Twitter (2021).

Entre os perfis mais citados pela acusação da CPI estavam @jairmearrependi, @tesoureiros, @camarotedacpi e @desmentindoboço, que chegou inclusive a ter vídeos veiculados durante as sessões. Juntas, as contas representam mais de 700 mil seguidores apenas no *Twitter*. Em apenas uma exibição durante o depoimento de Eduardo Pazuello, foram mais de 134 mil citações, colocando a relação CPI-Redes sociais no topo das discussões na rede.

Outro momento que a CPI ganhou destaque dentro das redes, especialmente no *Twitter*, foi quando o senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) usou em seu discurso de defesa do tratamento precoce durante o dia 08 de junho a informação de que havia uma

XIV SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA
UNIP — online — 01, 02, 03 e 04 de dezembro de 2021

**direitos humanos,
políticas identitárias,
imaginários de resistência.**

pesquisadora brasileira perseguida pela imprensa por ter descoberto a cura através da cloroquina. No entanto, se tratava de montagens utilizando a imagem da ex-atriz pornô e comentarista da NFL, liga de futebol americano, Mia Khalifa. Com mais de 4 milhões de seguidores no *Twitter*, Mia compartilhou uma montagem depondo na CPI e a legenda “uma mulher do povo”. O nome de Mia Khalifa associada a CPI chegou ao topo dos assuntos mais comentados na rede naquele dia.



Figura 2 - Tweet de Mia Khalifa sobre sua citação na CPI.
Fonte: Twitter (2021).

O processo de uso das redes sociais também favoreceu os participantes da CPI. Segundo a consultoria *Bites* e o portal *Poder 360* (2021), os sete principais integrantes da comissão, juntos, conseguiram mais 1,5 milhão de seguidores. Apenas Randolfe ganhou no *Twitter* mais 220 mil seguidores, enquanto o senador governista Marcos Rogério (DEM-RO) ganhou mais de 130 mil seguidores. Este movimento ilustra diretamente o ponto que Aggio e Reis (2013) colocam para a política moderna: as redes proporciona interação direta entre candidatos e eleitores, dando maior transparência e imediatismo as ações.

O Sensacionalista e o Infoentimento



XIV SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA
UNIP — online — 01, 02, 03 e 04 de dezembro de 2021

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

Ao mesmo tempo que os veículos oficiais transmitiam a CPI da COVID-19 ao vivo, as redes acompanhavam assíduas qualquer movimento que pudesse resultar em comentários. Isso incluía veículos de humor, que em sua leitura associavam os eventos e as reações numa espécie de “cobertura paralela”.

Entre os veículos que se destacaram estava o *Sensacionalista*. Fundado em 2009 por Nelito Fernandes, ex-redator do programa *Casseta e Planeta (TV Globo)*, e com o slogan “isento de verdade”, atualmente o canal possui portal no jornal *O Globo*, além de páginas no *Instagram* (929 mil seguidores), *Facebook* (3,1 milhões de seguidores) e *Twitter* (2,2 milhões de seguidores). Em cada plataforma há uma abordagem própria dos fatos, carregando a linguagem da rede consigo, mas seguindo os mesmos assuntos em todas as frentes. Em 2013 o humorístico chegou a ter um programa no canal *Multishow*, não sendo renovado para uma segunda temporada. No ano de 2016, a editora *Belas Letras* publicou um livro com as melhores construções do canal. Além de Fernandes, assinavam a obra também Marcelo Zorzaneli, Leonardo Lanna e Martha Mendonça, também redatores das redes sociais.

A estrutura do *Sensacionalista* se assemelha ao jornal satírico dos Estados Unidos *The Onion* e ao francês *Le Gorafi*. Em ambos os casos, política e entretenimento são assuntos centrais. No caso do *Sensacionalista*, inclusive, o destaque se deu justamente devido as coberturas das eleições de 2014 entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB). Na ocasião, o portal dobrou seu alcance. Em 2015 o humorístico foi processado por Marco Feliciano (PSC-SP) pela constante figuração do deputado entre as satirizações. O processo foi rejeitado pela justiça.

A característica que destaca que o *Sensacionalista* dentre os demais é a mescla de ações do humor tradicional e do infoententimento (PÉREZ, OLIVA e PUJADAS, 2014, p. 53). Ao proporcionar uma reflexão dos fatos contemporâneos de forma contextualizada e leve, o humorístico cumpre a estrutura de questionar, informar e considerar aspectos, base do infoententimento. Outro fator que destaca o *Sensacionalista* no infoententimento é a posição de leitura alternativa as notícias sérias do dia a dia. Esse esquema atrai o público e



XIV SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA
UNIP — online — 01, 02, 03 e 04 de dezembro de 2021

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

proporciona integração, gerando audiência (VALHONDO-CREGO; BERROCAL-GONZALO, 2020).

É fato que infoentenimento e humor são próximos. Ambos buscam atingir na sua essência a ironia e a sensação de superioridade sobre o humorizado. No entanto, o que difere os aspectos explorado pelo infoentenimento é a visão de o ajuste da informação para a compreensão do público não afeta a percepção deste sobre a veracidade dos fatos (DEJAVITE, 2006).

Um ponto de destaque dentro do infoentenimento é a aproximação da chamada “comocidade de caráter” de Bergson (1983). O autor afirma que todos somos cômicos e podemos ser objeto do cômico. “Em certo sentido, poder-se-ia dizer que todo caráter é cômico, desde que se entenda por caráter o que há de já feito em nossa pessoa, e que está em nós em estado de mecanismo montado, capaz de funcionar automaticamente. Será aquilo pelo que nos repetimos. E será também, por conseguinte, aquilo pelo que outros nos poderão imitar” (p. 71). E é exatamente nestes momentos em que realizamos umas das partes que a comocidade de caráter aponta é que o autor da piada encontra seu material. Ele busca desvios que podem ser humorizados não apenas para si, mas para um coletivo.

O infoentenimento também abusa das chamadas ações de “técnica da reversão” (HELITZER; SHATZ, 2014, p. 125). A reversão despista o público do que pode vir a seguir. Ela aparece como uma forma de enriquecimento da surpresa final. Para que a piada apresente harmonia é preciso pensar também nos elementos gramaticais. A composição das frases pede um grande conhecimento de interpretação de texto e de vocabulário que inclui pensar palavras e aforismos fundamentais para o assunto selecionado. Os métodos mais comuns são os sinônimos (palavras diferentes mas com mesmo significado), homônimos (sons iguais, mas com significados ou grafias diferentes), antônimos (palavras ou expressões com significados completamente distintos) e agrupamentos, onde palavras e expressões, mesmo que diferentes, passam a fazer parte do mesmo contexto.

Durante o período da CPI, o *Sensacionalista* realizou postagens diárias sobre os eventos que cerceavam a comissão. Em alguns dias, como no depoimento do ex-ministro



XIV SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA
UNIP – online – 01, 02, 03 e 04 de dezembro de 2021

**direitos humanos,
políticas identitárias,
imaginários de resistência.**

da saúde e general da ativa Eduardo Pazuello, as postagens se multiplicavam. Os assuntos cobertos pelo veículo iam desde a lida do brasileiro com as regras sanitárias a questões políticas consideradas “cortinas de fumaça” para pontos sérios a discutir na pandemia. Em todos estes momentos, o uso de grafias diferenciadas, apelidos advindos da *web* e jogo de palavras se apresentavam.

Necropolítica – fundamentos e retomada conceitual

Como retomada conceitual do conceito da necropolítica, o filósofo camaronês Achille Mbembe (2018) relembra que durante o nazismo alemão (1933-1945) o direito de matar se institucionalizou pela escolha de adversários comuns para justificar a violência e a morte como mecanismos de segurança contra os riscos encarnados na figura do inimigo ficcional. Amparado na visão de Giorgio Agamben, o autor considera que o nazismo acentuou as práticas comuns do Estado Moderno, pois foi a descartabilidade promovida pelo regime nazista que transformou os judeus em pura vida nua por meio de uma ação cometida dentro da legalidade inerente ao Estado de exceção. Nesse sentido, o que transforma as atrocidades do nazismo em alarmantes é, para o autor, o fato de o Estado nazista fazer da exceção a norma e da vontade soberana o modo de governo da vida humana. “Tudo amparado no Estado de Direito que lhe dava a prerrogativa inicial de decretar o Estado de exceção para tornar a vontade soberana lei absoluta” (AGAMBEN apud MBEMBE, 2018, p. 6).

Na visão de Foucault (2016), o Estado nazista aplicou de maneira coextensiva o campo de uma vida sobre o qual ele organizava, protegia e preservava biologicamente ao lado do direito soberano de matar quem quer que fosse, não apenas os outros, mas os seus próprios. Por uma extrapolação biológica do tema do inimigo político, o Estado nazista organizou uma guerra contra os seus adversários, expôs seus cidadãos ao confronto e abriu caminho, segundo Mbembe, “para uma tremenda consolidação do direito de matar, que culminou no projeto da solução final” (2018, p. 19).



XIV SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA
UNIP — online — 01, 02, 03 e 04 de dezembro de 2021

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

A prática de matar o outro também foi tratada por Toni Morrison (2019) sob o conceito da outremização, cuja base se estabeleceu pela negação da ciência, que subjaz a existência de diferentes raças, como justificativa para atos de violência e extermínio, a partir da distinção natural que se forja com o “diferente”, refletido no contexto do passado colonial e ressignificado na figura dos excluídos na sociedade atual.

Os campos de concentração, onde foram assassinados aproximadamente 6 milhões de judeus durante o governo nazista, se assemelham, para Eduardo Mei (2020), aos marginalizados da sociedade contemporânea, aos refugiados de distintas nacionalidades, aos excluídos do progresso do capitalismo neoliberal, que, diante da situação de descartabilidade, se tornam alvo preferencial da necropolítica, entendida por Mbembe (2018) como a estatização da morte. O conceito de necropolítica discute os limites da soberania exercida pelo Estado na medida em que detém o poder de determinar quem deve viver e morrer. A necropolítica é definida por Mbembe (2018) como uma política de morte, que articula as categorias de biopoder e soberania em Foucault e de Estado de exceção de Agamben e se constitui sobre a prerrogativa de que os Estados possuem a soberania para definir quem deve morrer e quem deve viver.

A soberania na perspectiva no Estado hobbesiano, bastante representativa durante a Idade Média, remete à figura de um soberano que, visto enquanto divindade possuía o poder de decidir sobre a vida e a morte dos seus súditos. Os que desrespeitassem a ordem soberana eram punidos violentamente, como altas doses de tortura sobre os corpos acusados. Os atos agressivos cometidos pelo soberano reforçaram a hierarquia de poder sobre os súditos. Na teoria clássica, a soberania poderia ser conceituada como poder ou autoridade suprema, que reside fundamentalmente no direito de vida e morte dos homens, sempre que o objetivo fosse assegurar a defesa incondicional do soberano e de seu território (FOUCAULT, 2010).

Foucault relata que, desde o século XVII, vem se constituindo uma nova modalidade de poder, na qual “o direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função dos seus



XIV SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA
UNIP – online – 01, 02, 03 e 04 de dezembro de 2021

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

reclames” (FOUCAULT, 2010, p. 148). O princípio anterior, segundo o qual era legítimo provocar a morte ou deixar viver, foi invertido para uma modalidade de poder regrado a partir da gestão da vida. Foucault nomeou de biopoder um poder mais amplo, exercido pelos Estados Modernos, com fins de controlar extenso volume populacional a partir de ordens biológicas, como taxas de natalidade, monitoramento das doenças e análise de mortalidade (MEDEIROS, 2019).

Na definição de Foucault, o biopoder é operado com base na divisão daqueles que devem morrer e viver, definida a partir da relação a um campo biológico, de forma que a distribuição de mortes ocorra de maneira mais reticular e menos explícita. O controle é operado pela distribuição da espécie humana em grupos e subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros. É no campo das práticas políticas, segundo o autor (2015), que o poder do soberano administra a gestão calculista da vida, amparada no desenvolvimento de técnicas que se destinam à vida e à sobrevivência da população.

Ressignificada, a necropolítica, em Mbembe, constitui uma importante atualização dos conceitos de soberania e biopoder, para retratar os sistemas de escravidão e colonização, assim como os movimentos das atuais colônias na contemporaneidade. Ao constituir uma matriz de conhecimento fora do eixo Europa e Estados Unidos da América, autores como Mbembe, Walter Dignolo (2011) e Osorio (2006) denunciam como o sistema contemporâneo marginaliza nações em proveito de um modelo econômico em que imperam a exclusão e a agressividade. Borges evoca o conceito da necropolítica como a própria negação da humanidade: “O processo de exploração e do ciclo em que se estabelecem as relações neoliberais opera pelo extermínio dos grupos que não têm lugar algum no sistema, uma política que parte da exclusão para o extermínio” (BORGES, 2018, p. 23).

Isto posto, a emergência em retomar o conceito da necropolítica se efetiva diante dos avanços e da alta letalidade da Covid-19 em regiões periféricas do Brasil, resultado da ausência de políticas públicas protetivas e da narrativa que reforça a descrença em torno dos efeitos danosos da pandemia para a população. Em entrevista ao *jornal Folha de S.*



XIV SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA
UNIP — online — 01, 02, 03 e 04 de dezembro de 2021

**direitos humanos,
políticas identitárias,
imaginários de resistência.**

Paulo, em 28 de maio de 2020, Mbembe aponta que o coronavírus democratizou o poder de matar ao priorizar o tratamento de jovens em detrimento dos idosos e, principalmente, quando o discurso da supremacia econômica se sobrepõe ao direito à vida. A pandemia desvela a lógica do sistema capitalista que opera na ordem de que algumas vidas valem mais que as outras. Assim, para o autor, o sacrifício sempre esteve no cerne do neoliberalismo, aqueles que não têm valor podem ser descartados.

No contexto brasileiro, Granada (2020) enxerga que a necropolítica tem se constituído na consolidação de uma realidade paralela de negação da ciência e de valores relacionados aos Direitos Humanos.

A representação da Necropolítica nos posts de infoentenimento do *Sensacionalista*

A metodologia utilizada para esta pesquisa é a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016) que consiste em pré-análise, exploração do material e apuração dos resultados.

Como pré-análise seguiu-se a seleção dos materiais. Neste processo, as postagens deveriam cumprir as quatro regras da análise: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Com isso, foram coletadas 99 postagens realizadas pelo *Sensacionalista* no *Twitter* que datam de 28 de abril de 2021 a 31 de outubro de 2021. Para que pudessem compor a amostra, estas deveriam possuir em seu conteúdo relação com a CPI da COVID-19.

Na exploração do material, os levantamentos quantitativos se apresentaram, assim como a sua classificação em categorias. No primeiro momento foram quantificadas curtidas, compartilhamentos e comentários de cada um dos posts. O objetivo desta mediação foi detectar a movimentação em cada um dos dias, entendendo quais foram os picos de interação. Já na análise dos resultados, as postagens são comentadas a luz das teorias de humorização, infoentenimento e necropolítica.

XIV SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA
UNIP — online — 01, 02, 03 e 04 de dezembro de 2021

**direitos humanos,
políticas identitárias,
imaginários de resistência.**

O dia com mais curtidas em um único *post* foi 29 de junho, com pico de 48.500 *likes*. Na ocasião, a CPI recebeu a informação de que havia um esquema de propina no valor de US\$ 1,00 por dose junto a *Covaxin*, vacina indiana ainda não aprovada pela OMS na ocasião. O valor adicional seria distribuído entre os envolvidos na compra do imunizante, desde empresas até o presidente.

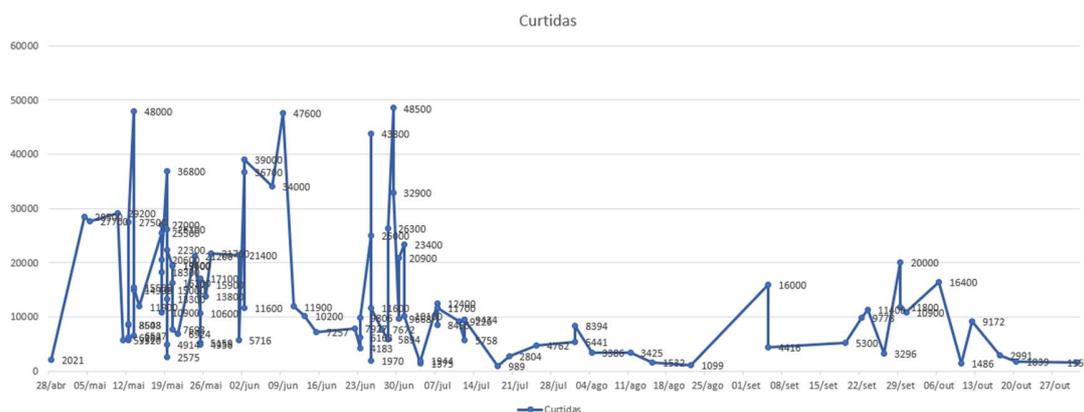


Figura 3 - Quantidade de curtidas nos posts do Sensacionalista sobre a CPI.
Fonte: Desenvolvida pelas autoras (2021).

É importante destacar que o volume de curtidas nas postagens acompanha diretamente o interesse das redes pela CPI. Conforme a comissão se encaminhava para o encerramento dos trabalhos e as polêmicas diminuía, proporcionalmente as curtidas também caíam em quantidade.

O dia com maior número de postagens realizadas foi 19 de maio. Na ocasião, o *Sensacionalista* analisou a participação de Eduardo Pazuello, ex-ministro da saúde e general da ativa. Durante todo o dia foram seis publicações que, somadas, representaram mais de 120 mil curtidas. O número também representa a maior interação em uma única data. Os assuntos variavam entre a ação do governo no estado do Amazonas durante o caos de Manaus e a relação de Jair Bolsonaro com as decisões do ministro.

XIV SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA
UNIP — online — 01, 02, 03 e 04 de dezembro de 2021

**direitos humanos,
políticas identitárias,
imaginários de resistência.**



Figura 4 - Postagens do Sensacionalista no dia 19 de maio de 2021.
Fonte: Twitter (2021).

A humorização destas postagens se dá por conta da ironia. Em todas elas, a figura do ministro é mostrada horas como inativa e frágil, horas como superestimada. A CPI aparece com um grande espetáculo político-midiático, onde seu foco central por vezes é esquecido. No entanto, a informação de que a CPI e seus depoimentos continuam ativos coloca as publicações na proximidade do infoentenimento, atualizando o usuário da rede dos fatos que acontecem.

A necropolítica destes *posts* pode ser vista claramente na utilização de palavras que remetem a negação do papel do estado junto a pandemia. Por exemplo, em uma publicação há a frase “Pazuello já usou mais máscara em meia hora de CPI do que no resto da pandemia” (19/05/2021) ou “O presidente nunca me mandou fazer nada” (19/05/2021).

A data foi 19 de maio também aparece como a de maior número de comentários em uma única postagem. Foram 657 respostas em um único *tweet* e 1.218 no total.

XIV SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA
 UNIP — online — 01, 02, 03 e 04 de dezembro de 2021

**direitos humanos,
 políticas identitárias,
 imaginários de resistência.**

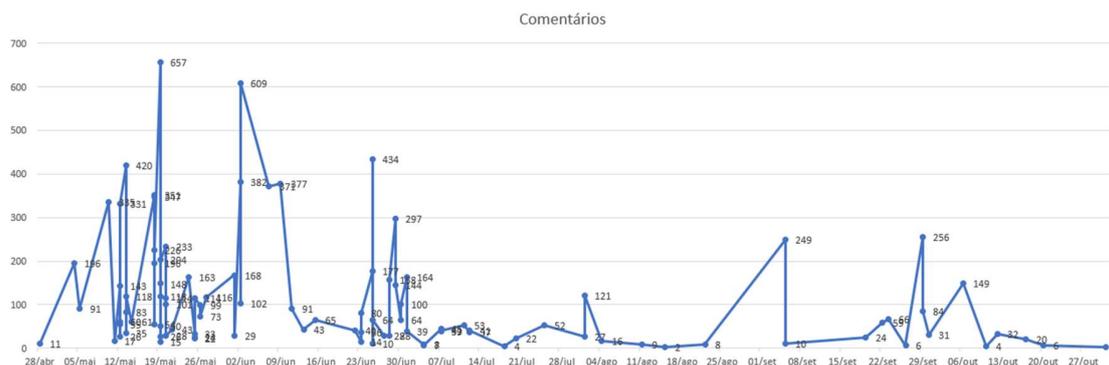


Figura 5 - Quantidade de respostas nas postagens do Sensacionalista.
 Fonte: Desenvolvida pelas autoras (2021).

No assunto do *post* discutia-se o interesse do brasileiro no que seria dito por Pazuello em seu depoimento. A presença do ex-ministro, conseguida após dura negociação judicial, foi muito esperada. Dias antes, Pazuello já havia dado sinais de que não se manifestaria na comissão, entrando, inclusive, com pedido de *habeas corpus* junto ao STF garantido seu silêncio. O depoimento ganhou repercussão também após o ex-ministro dizer em entrevistas que apenas seguia as ordens de Bolsonaro.



Figura 6 - Post mais comentado.
Fonte: Twitter (2021).

Os comentários seguiam a temática do *post*, com memes e imagens que reforçavam o interesse público pelo depoimento.



Figura 7 - Respostas a postagem do Sensacionalista durante o depoimento de Eduardo Pazuello.
Fonte: Twitter (2021).

XIV SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA
UNIP — online — 01, 02, 03 e 04 de dezembro de 2021

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

Já a postagem mais compartilhada de todo o levantamento aconteceu em 29 de junho e teve mais de 8.768 ações. No corpo do *post* é possível ver uma imagem em estilo *cartoon*⁵ de uma nota de um dólar segurando uma vacina. No corpo do texto há a frase “Ministério da saúde lança novo mascote, o Zé Propininha”. Além da clara referência aos processos denunciados na comissão acerca da compra da *Covaxin*, há ironia impulsionada na negação do incentivo da vacinação. A mascote tradicional das grandes campanhas brasileiras na década de 90 recebia o nome de “Zé Gotinha” e foi marco para grande parte das crianças na época. A nomear de “Zé Propininha”, o *Sensacionalista* reforça uma referência tradicional e critica a falta de apoio do governo, além dos processos de corrupção.



Figura 8 - Post mais *retweetado*.
Fonte: Twitter (2021).

Os demais dias com grandes compartilhamentos foram 09 de junho e 12 de maio, com postagens acerca de compra de vacinas e depoimento de Fabio Wajngarten, respectivamente.

⁵ O desenho em estilo *cartoon* é caracterizado por formas padrão, próximas a geometria tradicional. Suas cores são básicas e seu conteúdo possui sempre uma aproximação satírica através da ironia.

XIV SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA
 UNIP — online — 01, 02, 03 e 04 de dezembro de 2021

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

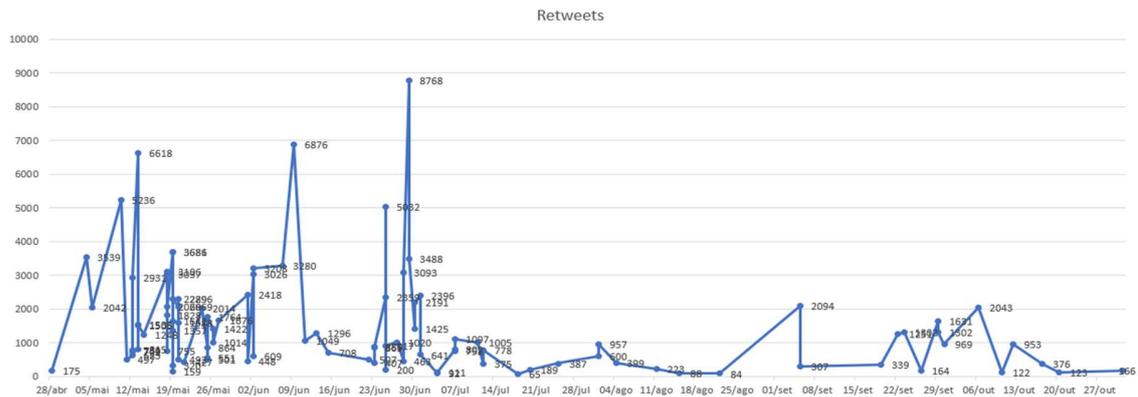


Figura 9 - Quantidade de compartilhamentos nas postagens do Sensacionalista.
 Fonte: Desenvolvido pelas autoras (2021).

No levantamento dos temas mais abordados pelo *Sensacionalista* sobre a CPI, além dos depoimentos que aconteciam diariamente (30 vezes), a compra de vacinas (17 vezes), seguidas pelos resultados da CPI como indiciamentos e quebras de sigilo (12 vezes) foram os mais citados. No entanto, há também uma boa parcela de postagens destinadas a criticar o espetáculo das transmissões. Foram oito *posts* apenas com este assunto.

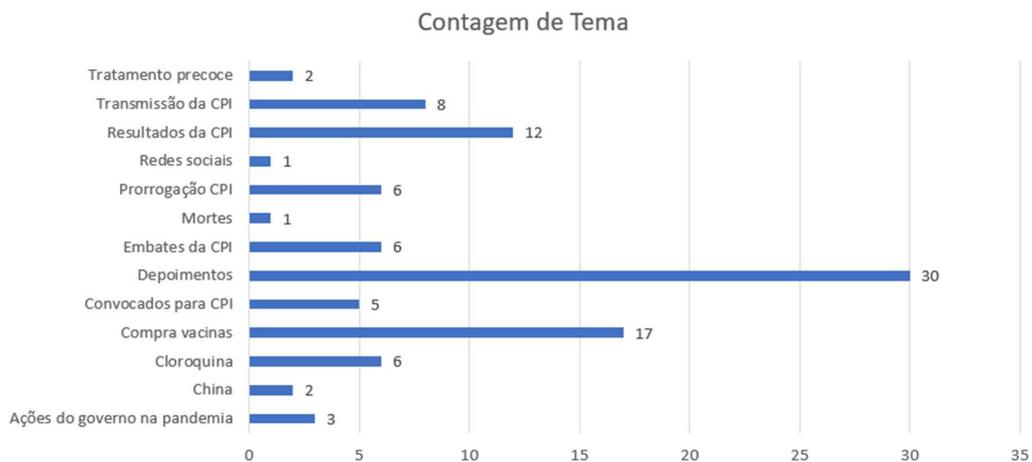


Figura 10 - Temas mais citados nas postagens.
 Fonte: Desenvolvido pelas autoras (2021).

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

Já os personagens mais citados nas postagens – seja no corpo do texto ou nas imagens – variou bastante. Há uma tendência de associação com eventos extra-CPI ou figuras populares na própria rede. No entanto, a liderança permanece com elementos citados ou participantes ativos na comissão, como Jair Bolsonaro e Renan Calheiros.

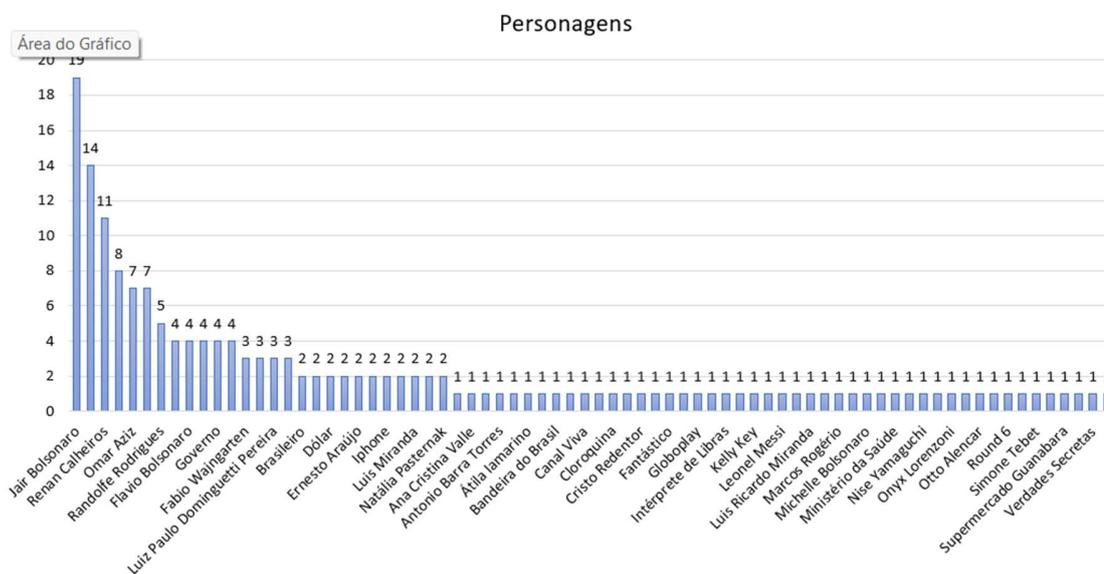


Figura 11 - Personagens mais citados nas postagens.
 Fonte: Desenvolvido pelas autoras (2021).

O mecanismo aqui demonstrado aponta uma característica comum no humor: a referência a fatos ou eventos contemporâneos. A humorização acontece ao construir associações e com isso, apontar visões. O contexto presente nas citações a Jair Bolsonaro está sempre associado a incapacidade, negacionismo científico ou corrupção. A necropolítica é lembrada com fatos e falas do presidente e de seus seguidores. Já os membros da CPI estão sempre associados a estratégia e espetáculo político-midiático.

XIV SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA
UNIP — online — 01, 02, 03 e 04 de dezembro de 2021

**direitos humanos,
políticas identitárias,
imaginários de resistência.**



Figura 12 - Referências nas postagens.
Fonte: Twitter (2021).

De maneira geral, a movimentação do *Sensacionalista* merece destaque por seu grande alcance e reprodução. Além de manter um conteúdo interessante, o portal age de maneira crítica a todos os envolvidos. No total, as 99 postagens colhidas resultaram em 148.345 *retweets*, 11.182 comentários e 1.389.803 curtidas. Um engajamento de destaque dentre as contas que fizeram a cobertura em questão.

Conclusão

O presente artigo tinha como objetivo analisar a questão do infoentenimento e da necropolítica nas postagens do *Sensacionalista* no *Twitter* durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID-19 em 2021.

Como resultado ficou claro que o portal *Sensacionalista* acompanhou todas as movimentações que aconteceram dentro da CPI e seus resultados externos. O *Twitter*, em sua característica de rede social, pede um acompanhamento em tempo real e o portal conseguiu cumprir esta interação. O uso da linguagem e de imagens da própria rede aproxima o usuário, o que facilita a integração e o engajamento, além de favorecer a humorização através de referências.

A necropolítica sempre esteve associada, seja de forma explícita como no caso das postagens que citavam diretamente o negacionismo do governo, ou de forma indireta,



XIV SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA
UNIP — online — 01, 02, 03 e 04 de dezembro de 2021

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

através de personagens como o “Zé Propininha”. É clara a forma como permeia assuntos e é descrita diferentes situações.

Como análise futura, sugere-se uma leitura dos possíveis desdobramentos da CPI, como condenações e efeitos no exterior, a fim de compreender como se darão estas análises por parte do portal.

Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERGSON, Henri. **O riso**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DEJAVITE, Fabia Angélica. **INFOtenimento**: informação + entretenimento no jornalismo. São Paulo: Paulinas, 2006.

FOLHA DE S. PAULO. **Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da 'necropolítica'**. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>. Acesso em 17 jan. 2022.

GRANADA, D. **Necropolítica do coronavírus no Brasil: quem deve viver e quem deve morrer?**. Carta Campinas. 12 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://cartacampinas.com.br/2020/04/necropolítica-do-coronavirus-no-brasil-quemdeve-viver-e-quem-deve-morrer/>>. Acesso em 2 jul. 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**. n. 32. Dezembro 2016, 123-151.

PÉREZ, Óliver; OLIVA, Mercè; PUJADAS, Eva. La construcción televisiva de la deliberación política. Análisis comparativo de programas informativos y de infotainment. **Observatorio (OBS*) Journal**, vol.8 - n°2 (2014), 045-066.

POLITIZE! **Relatório da CPI da Covid-19: entenda os principais pontos!** Disponível em <<https://www.politize.com.br/relatorio-cpi-covid/>>. Acesso em 17 jan. de 2022.

PODER 360. **Senadores da CPI da Covid captam 1,5 milhão de seguidores nas redes**. Disponível em <<https://www.poder360.com.br/congresso/senadores-da-cpi-da-covid-captam-1-5-milhao-de-seguidores-nas-redes/>>. Acesso em 17 jan. 2022.

SENADO FEDERAL. **Requerimento de instauração da CPI da COVID-19**. Disponível em <<https://static.poder360.com.br/2021/02/Protocolo-CPI-Covid19.pdf>>. Acesso em 17 jan. 2022.

VALHONDO-CREGO, José, L.; BERROCAL-GONZALO, Salomé. “Desregulación y soberanía del público en la televisión española: el infoentretenimiento como alternativa al modelo de noticias clásico”. **Estudios sobre el Mensaje Periodístico**. 2020. Ano 26 (2), p. 851- 863.



XIV SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA
UNIP — online — 01, 02, 03 e 04 de dezembro de 2021

**direitos humanos,
políticas identitárias,
imaginários de resistência.**